

CÉSAR MAIA



No início do ano, quando a campanha eleitoral começava a ser desenhada, havia o consenso de que a dívida externa seria um dos grandes temas de campanha. Os candidatos começaram a se mexer nesta direção. Collor e Lula, que disputam agora o segundo turno, procuraram ser afirmativos. Collor se dirigiu ao próprio Senado Federal, aonde, em depoimento, levou sua proposta para a dívida externa, inspirada nas idéias de um ex-diretor do Banco Central. Para Collor não haveria restrição cambial, mas restrição fiscal, e, assim, a solução viria da retirada do aval da União dos contratos específicos, descentralizando a negociação. Com isto se separaria o joio do trigo e a renegociação adquiriria novos rumos.

Hoje, essa proposta caiu no vazio, já que sua preliminar, ou seja, a inexistência de restrição cambial, se tornou um evidente absurdo. Claro que outras questões tornavam a proposta inexecutável, a começar pela base legal da suspensão do aval, seguida da enorme concentração da dívida no setor público, especialmente no próprio Banco Central, e da heterogeneidade dos credores, entre privados e agências oficiais. A febre passou e, hoje, Collor e seus porta-vozes já tratam do tema de forma envergonhada, falando de uma espécie de deflagração da negociação, apenas. Resultado: ninguém sabe o que ele pensa de fato a respeito da dívida externa. Provavelmente, nem ele.

Lula realizou uma viagem ao Exterior, onde, com grande ênfase e imaginada coragem, informou que, uma vez presidente da República, suspenderia de imediato o pagamento da dívida externa, por ser ilegítima e impagável.

De fato, incluiu entre os 13 pontos da Frente Brasil Popular, e em terceiro lugar, este compromisso, e carregou nas tintas. Diz o ponto 3: "... considera que a dívida externa...além de ilegítima e impagável é o principal fator de estrangulamento de nossas economias e que as políticas econômicas impostas pelo FMI e pelos banqueiros...são responsáveis em grande parte pela miséria de nossos povos". E continua: "... romperá os acordos com o FMI, suspenderá de imediato os pagamentos referentes à dívida, instaurará uma auditoria... e promoverá uma conferência internacional dos países devedores..." Esta proposta,

Collor trata do problema de forma envergonhada

que soava radical em fins do primeiro trimestre, hoje é simplesmente o que fez o governo do presidente Sarney, claro que não pelos mesmos motivos e inspirações. Mas fez — os pagamentos referentes à dívida externa estão suspensos desde o início do segundo semestre, os acordos com o FMI foram rompidos e a auditoria da dívida aprazada pela Constituição não surtiu os resultados imaginados. Quanto à conferência internacional, várias tentativas têm sido feitas e as dificuldades não são pequenas. Além de não depender de nós.

De resto, não se conhece, se é que existe, a proposta de Lula para renegociar a dívida externa, em qualquer nível de detalhamento. A suspensão, mesmo, não se sabe a que tipo de créditos se refere: privados e/ou oficiais? De que prazo? Por quanto tempo? Não se sabe também que condições propõe para a renegociação: que custo? Como? Simplesmente não pagar?

Com isto, estamos chegando ao final das eleições sem que os candidatos terminais respondam à curiosidade de todos sobre problema consensualmente tão relevante

como a dívida externa. Este vazio incorpora incertezas suficientes para acrescentar mais dificuldades ao início da nova gestão.

Coincidentemente ou não, o fato é que quaisquer sondagens de opinião pública mostram que a população não considera a dívida externa uma questão tão relevante, na medida em que a hierarquia abaixo da décima prioridade entre os seus problemas. A campanha eleitoral deveria ter servido para os esclarecimentos, de forma a que a renegociação futura tivesse o necessário apoio popular. Por incrível que pareça, durante o ano eleitoral não se avançou nada em relação a um tema considerado culminante. O próprio governo, com suas trapalhadas, conseguiu desradicalizar o discurso do extremados; ao fazer de fato o que os antes considerados exaltados propunham.

A culinária da dívida externa conta com cada vez mais elementos: seu custo no mercado secundário; juros fixos; acumular reservas; descentralizar a negociação; conversão; securitização; os exemplos do México...

Estão faltando as receitas. Não é admissível que cheguemos ao dia da eleição sem que pelo menos os candidatos apontem a direção das restrições que adotarão. Sem que se tenha uma luz acerca de suas visões, tática e estratégica, do problema. Esta ausência de propostos dificultará a própria gestão inicial da dívida, não só pelas incertezas que agrega, como pelo tempo de tratamento que requererá, na medida em que seu enfrentamento partirá do vazio.

Se já não há mais tempo para o detalhamento, que pelo menos se indique a direção, se indique o ponto cardeal.

Se é verdade que a decisão de voto não depende disso, certamente a consciência e o sono dependem.

□ César Maia foi secretário da Fazenda do Rio e é deputado federal pelo PDT.

ESTADO DE SÃO PAULO